

## 1 ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO FUNDEB

2 Aos dezesete dias do mês de junho de 2025, às 09h, no auditório do CAEP, realizou-se  
3 a 4ª Reunião Ordinária do Conselho do FUNDEB. Estiveram presentes os seguintes  
4 membros: Adriano Martins Xavier, Aline Teixeira da Cruz, Ana Paula Riedel Pires,  
5 Angela Pereira Branco, Marilza Ap<sup>a</sup> Pereira Teixeira, Rodrigo Cristiano de Oliveira,  
6 Tânia Carolina Soares e Valdenira Pereira Siqueira. Como convidados: Elizandra  
7 Plantes de Meira, Maristela do Rocio Dittert, Mayara Angelica S. de A. Rebelo, Simone  
8 Cristina Silva de Oliveira, Mayara e Elenize da SEMED. Tendo como pauta: **1-**Abertura  
9 e verificação de quórum; **2-** Aprovação da ata; **3-** PME avaliação e monitoramento; **4-**  
10 Novo PNE – projeto de lei; **5** – Comissões: Conselho Municipal de Educação – CME;  
11 Fórum Municipal de Educação – FME; Comissão de Educação em Direitos Humanos –  
12 EDH; Equipe Local do Novo Plano de Ações Articuladas – PAR.

13 Após verificação do quórum, não haviam presentes o suficiente, faltando 1 membro. A  
14 presidente então, junto com os presentes decidiram que haveria uma conversa, um  
15 momento de repasses, mas não da aprovação do bimestre referente ao SIOPE. A  
16 Presidente Marilza inicia a reunião apresentando os novos membros e os convidados, na  
17 sequência pergunta se todos receberam e aprovam a ata. Os Conselheiros aprovaram a  
18 ata. Dando sequência a pauta sobre o Plano Municipal de Educação (PME), a Presidente  
19 coloca que a SEMED está com uma equipe técnica, fazendo uma prévia de avaliação e  
20 monitoramento, o projeto de lei do Plano Nacional de Educação Já está em andamento,  
21 a Presidente Marilza cita que esteve em formação técnica com o MEC junto com o  
22 Conselheiro Rodrigo e foi apresentado a metodologia, foi uma formação, a qual foi bem  
23 interessante, o Conselheiro Rodrigo colocou que foi uma das melhores formações que já  
24 teve ao longo de 12 anos na Secretária de Educação, foi 80% prática, teve a parte teórica  
25 e algumas palestras via meet somente no primeiro dia, as práticas eram a análise dos  
26 Planos decenais de educação, pegava de base o Plano Nacional e nas oficinas práticas  
27 analisava Planos de outros Municípios e o mais interessante foi juntar segmentos  
28 diferentes, de São José eram 6 pessoas, mais ninguém ficou junto, era cada um de um  
29 segmento e cada um de uma cidade, para vivenciar experiências. A Presidente Marilza  
30 complementa que eram Planos reais de cidades diferentes, fazendo comparativo com o  
31 estado, cada equipe trabalhava um Plano e depois fazia a apresentação, o mais  
32 interessante foi a metodologia do trabalho do Plano Nacional, que é a mesma  
33 metodologia que teremos que fazer no município para criar o Plano Municipal. A  
34 Presidente Marilza apresenta a plataforma cooperação PNE que tiveram acesso, que traz  
35 site de pesquisas para o diagnóstico. O Conselheiro Rodrigo coloca que cada Município  
36 terá uma pessoa responsável que terá um acesso mais direto com o MEC, essa pessoa  
37 irá fazer outros cursos com o MEC para estar repassando para o Município. A  
38 Presidente Marilza coloca que a ideia é que essa metodologia seja desenvolvida nas  
39 conferências, nas audiências públicas, diferente de 2014, 2015 que não se tinha um  
40 caminho para seguir, agora tem um direcionamento, o objetivo é que o Plano seja  
41 desenvolvido dentro da realidade dos municípios, tem os 18 objetivos que foram  
42 trabalhados para a construção do projeto de lei que serão trabalhados dentro da  
43 realidade de cada município. A Presidente Marilza continua mostrando a plataforma,  
44 onde está o Projeto da Lei do Plano Nacional de Educação, a lei que prorroga a vigência  
45 do Plano, o projeto de lei nº 2.614, a presidente comenta que o plano está bem mais  
46 enxuto do que o anterior, as palavras são equidade e qualidade da educação e está muito  
47 próximo da realidade, a educação integral é um ponto de permanente discussão no  
48 sentido de levar o acesso à 100%. O Conselheiro Rodrigo acrescenta que agora tem os  
49 objetivos, são 18 objetivos, com metase estratégias. A Presidente Marilza coloca que

50 percebeu que os objetivos estão entrando no PAR, para o município já começar a se  
51 planejar para os próximos 4 (quatro anos) e que tudo está muito relacionado. O  
52 Conselheiro Rodrigo continua mostrando a plataforma, os demais objetivos, os  
53 conselheiros acham bem interessante a metodologia pois norteia o caminho para a  
54 construção de um novo Plano. Seguindo a pauta a Presidente coloca sobre as  
55 Comissões, representado pelo FUNDEB na Equipe Local do Novo Plano de Ações  
56 Articuladas – PAR, estão ela (Marilza) e Ana Paula, no Fórum (FME) está o Rodrigo. O  
57 Conselheiro Rodrigo coloca que nas duas últimas reuniões não pôde participar, então irá  
58 falar com a Halyne primeiro. Na Comissão de Direitos humanos, a Conselheira Ana  
59 Paula esteve na última reunião e irá na próxima. A Conselheira Marilza comenta que a  
60 Comissão de Direitos Humanos já fizeram as Comissões locais e a primeira formação, a  
61 Comissão de Direitos Humanos vem de encontro com a equidade, identificação das  
62 vulnerabilidades, trabalho interessante que precisa ser articulado com os departamentos.  
63 A Conselheira Maristela coloca que serão importantes os dados que irão sair dessa  
64 comissão, como o da identificação dos imigrantes, crianças em vulnerabilidade... A  
65 Conselheira Ana Paula acrescenta que foi falado na primeira reunião da Comissão,  
66 sobre a importância da Conscientização do Secretário escolar em preencher as  
67 informações certas. A Presidente Marilza comenta que achou bem alto número de  
68 pessoas que não se auto declaram, em relação ao total de matrículas. A Presidente  
69 coloca sobre o Encontro da UNCME no Rio de Janeiro onde também foi falado sobre o  
70 Plano nacional de Educação e a Rita Coelho falou com ênfase sobre a qualidade da  
71 educação infantil, mostrou dados a educação infantil nacional. Houve mudanças no  
72 FUNDEB, agora pode fazer construção com recurso do FUNDEB, utilização de parte  
73 do salário educação para complementação da alimentação escolar, são pontos que estão  
74 em discussão nacional das realidade, há uma discussão na UNCME para que o  
75 FUNDEB e o CAE se torne Câmaras dentro do Conselho Municipal de Educação, mas  
76 quando reduz um instância colegiada, reduz participação, então não é a favor desse  
77 modelo. O Conselheiro Rodrigo coloca que a Rita Coelho cobrou da UNCME o  
78 compromisso com as Diretrizes, a Presidente Marilza acrescenta que ela falou sobre as  
79 diretrizes nacionais, o trabalho, as diretrizes estaduais e das diretrizes municipais dos  
80 parâmetros de qualidade. Dando sequência a reunião a Presidente Marilza coloca que  
81 tem o relatório do SIOPE 2º bimestre para fazer a aprovação, mas não há quórum, a  
82 Presidente distribui a impressão do quadro demonstrativo para os Conselheiros mas  
83 lembra que conforme o regimento, esse documento o Conselho tem acesso, depois é  
84 publicizado em um outro formato, então pede ética e respeito em relação ao Conselho.  
85 Na sequência o Conselheiro Rodrigo faz a leitura do quadro demonstrativo de receitas e  
86 despesas do 2º bimestre 2025. Ao final da leitura a Presidente Marilza pergunta se  
87 alguém tem alguma pergunta. A Conselheira Maristela pergunta sobre a as  
88 complementações do VAAF, VAAT e VAAR, se o município não recebe porque já tem  
89 uma renda própria ou porque não está atingindo algum objetivo para receber? A  
90 presidente Marilza responde que no VAAF o município não recebe porque já atingiu o  
91 teto que o governo coloca e o VAAR é porque o município não conseguiu cumprir a  
92 condicionalidade III, “redução de desigualdades educacionais  
93 socioeconômico raciais medidas pelo SAEB.” A Presidente Marilza faz a leitura das V  
94 condicionalidades do VAAR e coloca que até agosto desse anos precisa estar tudo  
95 alinhado para que o Município seja habilitado para o recebimento no próximo ano. Foi  
96 criada a Comissão de Direitos Humanos e foi feito um trabalho com os Secretários para  
97 que se tenha essa identificação na hora da matrícula, precisa alinhar os registros, a partir  
98 desse ano começa essa implementação, por isso que vai para o Plano Nacional, Plano  
99 Estadual e Plano Municipal de educação que vai ter que estar alinhado com isso para

100 poder cumprir essas metas que são do Governo Federal com organismos internacionais.  
101 A Presidente Marilza acrescenta sobre o recurso do FUNDEB que esse bimestre o  
102 município utilizou 82%, mas poderia usar até 100%, não tem impedimento para o  
103 pagamento de profissionais. A Convidada Mayara pergunta se o município não  
104 utilizasse nem 70%, então o FUNDEB não mandaria nada para o município ou  
105 mandaria? A Presidente Marilza responde que não, tem que atender no mínimo 70%. A  
106 Conselheira Angela acrescenta que se na prestação de contas o município não atinge os  
107 70% ela é reprovada e o município responde por isso, é uma obrigação do município,  
108 não tem como atingir menos. A Conselheira Angela explica que o município ainda  
109 precisa complementar entre 15% e 25% e desde 2024 está sendo usado 100% do recurso  
110 para o pagamento dos servidores o que ainda consta na fonte 102 são de contas antigas  
111 que ainda estão sendo pagas. A Conselheira Maristela coloca que então a  
112 complementação do VAAR faz bastante falta para o município. A convidada Mayara  
113 pergunta se há alguma estratégia para conseguir cumprir a meta? O que está sendo  
114 feito? A Presidente Marilza coloca que o ano passado começou um dos trabalhos sobre  
115 as relações étnico raciais, também já tem um tempo que tem sido conversado sobre  
116 quando for fazer a matrícula perguntar sobre a auto declaração da raça, tem sido  
117 feito trabalhos mas não tem alcançado o que precisa alcançar. A Presidente coloca que  
118 ela e o Conselheiro Adriano estiveram com a Secretária e com o Diretor Luciano,  
119 conversando, foi levado a questão das condicionalidades novamente, foi colocado sobre  
120 a importância de ter ações, e precisa ter mais ações dentro da Secretaria para dar conta  
121 dessas necessidades para atingir o VAAR, porque está fazendo falta. Os conselheiros  
122 discutem um pouco sobre as condicionalidades, prazos e o que foi feito até o momento.  
123 A Presidente Marilza coloca que hoje não será possível aprovar o quadro demonstrativo,  
124 por falta de quórum. O Conselheiro Adriano faz uma observação, dizendo que “no item  
125 14, o máximo é 10%, tem o valor de 8 mil e a gente está em 13, isso impacta alguma  
126 coisa?” A Presidente Marilza coloca que não, mas está no limite. A Conselheira Angela  
127 coloca que nesse momento não impacta, só vai impactar em dezembro, nesse moment  
128 está considerando que esta liquidado, mas no final do ano, em dezembro ele considera o  
129 que foi empenhado, no nesse relatório não aparece, mas tem dois quadros com o que foi  
130 liquidado e o que foi empenhado, então no final será reduzido esse 10%, mas durante o  
131 ano sempre acaba ficando um pouco maior, como o pagamento é feito antes do final do  
132 mês, ainda não foi arrecadado tudo até o final do mês, ainda tem duas arrecadações até o  
133 dia 30, esse valor fica para gastar no outro mês, mas em dezembro precisa fazer todo o  
134 pagamento ficar com uma taxa menor que 10%. A Presidente Marilza coloca que uma  
135 das coisas que o representante do FNDE falou na formação, está se estudando que se  
136 chegar ao final do ano e tiver essa sobra, só será complementado a diferença, e  
137 acrescenta que tem dado certo conforme foi observado em 2023 e 2024 foi mantido  
138 dentro do teto. A Conselheira Angela coloca que o valor que fica, pela lei precisa ser  
139 utilizado dentro do 1º quadrimestre, o tribunal de contas alterou os elementos de  
140 despesas para ficar claro quando é um valor superávit, quando passa de um exercício  
141 para o outro, só que isso não consegue fazer para aparecer em janeiro, então é feito  
142 projeto de lei e encaminhado para a câmara, mas eles voltam em final de janeiro,  
143 fevereiro então acaba atrasando, esse ano foi bem o limite, e se não gasta no primeiro  
144 quadrimestre ele entra como dedução no relatório, porque não foi cumprido o gasto  
145 dentro do prazo. A convidada Mayara pergunta se não tem como gastar sem ter a lei? A  
146 Conselheira Angela coloca que não tem como porque não entra no orçamento, é  
147 obrigatório ter um projeto de lei porque é como um excesso de arrecadação e a Câmara  
148 precisa aprovar que entre no orçamento porque não estava previsto no exercício  
149 anterior, e o valor não tem como saber antes de 31 de dezembro. O Conselheiro Adriano

150 coloca mais uma dúvida, dizendo que nos indicadores não fechou 100%. Ficou 99,06%.  
151 A Conselheira Angela coloca que o Sistema SIOPE faz um arredondamento para três  
152 casas decimais, pode ser que seja isso, mas quando fechar o relatório aparece certinho  
153 com só duas casas. O Conselheiro Adriano coloca que nas tabelas recebidas, não  
154 consegue fechar um valor, em cada uma tem um valor diferente. A Presidente Marilza  
155 pergunta que que ficou responsável, foi o Igor que enviou as tabelas e informações. A  
156 Conselheira Angela coloca que o ideal é pedir para o Arialdo, ele é o contador do  
157 município e ele que faz toda a tabela junto com o RH. A Presidente Marilza coloca que  
158 solicitou para o Arialdo, mas quem respondeu com todas as informações foi o Igor. A  
159 Conselheira Angela coloca que a tabela do Igor as vezes dá diferença, porque é da folha  
160 e tem valores diferenciados, aí não vai fechar. A Presidente Marilza coloca para a  
161 convidada Elenise que já convidou o contador para participar da reunião e mostrar sobre  
162 a tabela, como que é feito os cálculos, o Conselho tem tido bastante dificuldade nessa  
163 questão de acessar o finanças para entender algumas coisas, outra situação é sobre o  
164 recurso da Educação Integral, que recebeu a primeira parcela, esse recurso também irá  
165 passar pelo Conselho do FUNDEB, foi repassado pelo FNDE e para o ano que vem irá  
166 vim junto com o FUNDEB, tem recebido muitos questionamentos sobre o recurso que  
167 veio, porque ninguém viu até agora, várias Diretoras perguntaram como que está. Isso  
168 corre o risco de ser recolhido, já foi mapeado os recursos em conta dos municípios que  
169 não fizeram o exercício. A Convidada Maristela pergunta se é o Fundeb que fiscaliza  
170 esse recurso ou ainda não? A Presidente responde que entra para o FUNDEB quando  
171 vier as aprovações das contas. A Conselheira Ana Paula pergunta se foi enviado algum  
172 ofício perguntando onde está o recurso? A Presidente Marilza responde que já, no ano  
173 passado foi enviado. E acrescenta que esse recurso deve estar parado em conta e não foi  
174 executado e acredita que logo terá que responder nos questionários em que foi investido,  
175 como ontem respondeu sobre a educação conectada. A Conselheira Angela explica que  
176 foram 2 parcelas recebidas em 2023 e 2024, esse recurso foi mapeado de acordo com as  
177 turmas que foram colocadas dentro do SIMEC e de acordo com o número de alunos,  
178 R\$4.083,00 por aluno, salvo engano, esse valor não é repassado para a unidade, está  
179 dentro do orçamento da Educação e precisa ser gasto como qualquer outro recurso  
180 através de licitação, as licitações estão caminhando e conforme forem finalizando será  
181 feita aquisição do material e distribuir para as unidades, cada unidade sabe o quanto  
182 tem de direito desse valor e foi tabelado e enviado para a Secretaria no ano passado o  
183 que elas queriam de material. O Conselheiro Rodrigo coloca que foram listados mais de  
184 2500 itens diferentes e os materiais já estão sendo adquiridos, teve um agravante no  
185 meio do caminho que foi a mudança da lei de licitações, a equipe está se desdobrando e  
186 tentando adquirir o máximo do que tem em ata aberta, estão entrando em contato com  
187 as unidades contempladas e oferecendo alguns ajustes. A Convidada Maristela coloca  
188 que já ouviu pessoas falando que esse dinheiro tinha sumido, mas agora ficou claro. A  
189 Presidente Marilza pergunta se pode fazer a reunião para aprovar o demonstrativo  
190 amanhã as 08h30 da manhã, online? Os conselheiros concordam. A Presidente Marilza  
191 coloca que teve uma mudança no sistema do FNDE em relação a saída dos membros,  
192 sempre foi pedido carta de desligamento e encaminhado para a PGM junto com o  
193 processo de nomeação, mas a legislação pede a documentação de que foi de interesse  
194 individual o desligamento e a legislação também diz que uma vez eleito pode ficar até o  
195 final do mandato independente se mudar de cargo, temos a situação do Luiz que não  
196 apresentou a carta de desligamento ainda e também a situação da UPES, então de  
197 acordo com o regimento, pensou em fazer um notificação sobre a situação da  
198 participação dos que não participaram mais de 3 (três) vezes, pedindo a justificativa,  
199 então pergunta se os conselheiros concordam. Todos os Conselheiros concordaram. A

200 Presidente Marilza coloca que irá fazer um modelo e colocar no grupo para que os  
201 conselheiros olhem e deem sugestões, e na próxima reunião a gente olha e dá um  
202 período de resposta, uns 7 (sete) ou 10 (dez) dias, para que eles se manifestem e caso  
203 não se manifestem será feita a destituição deles, considerando a desistência por  
204 interesse individual. Outra coisa que surgiu no SISCACS foi representantes da  
205 Sociedade Civil, a nossa lei não contempla, mas está pedindo um representante da  
206 Sociedade Civil também, então terá que pedir uma alteração na lei para regularizar essa  
207 situação. A Conselheira Angela coloca que precisa fazer uma notificação também em  
208 relação aos atrasos, porque já teve reuniões que ficaram quase uma hora esperando a  
209 pessoa, então precisa ter mais comprometimento e respeito com quem chega no horário.  
210 A Presidente Marilza e os demais conselheiros concordam. Nada mais havendo a tratar,  
211 a Presidente Marilza agradece a participação de todos e encerra a reunião. Eu, Valdinéia  
212 Santos de Lima, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente ata, que, após lida e  
213 aprovada, será assinada pela Presidente.